Formalizadora da Decisão: Conselheiro ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (§ 2º do art. 191 do Regimento)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, nos termos do voto divergente da Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c o art. 60, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. CARLOS RENATO LISBOA FRANCÊS, presidente à época da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará, no valor de R\$ 60.849.661,68 (Sessenta milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, seiscentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos), dando-lhe plena quitação; e
2) Recomendar à PRODEPA que:

2.1) Realize, anualmente, o inventário dos bens, atualizando sempre as informações no Sispat Web, para um controle mais eficaz nos controles de bens; e

2.2) Envide esforços junto aos seus devedores para o efetivo recebimento pelos serviços realizados, a fim de evitar risco para a continuidade dos serviços públicos prestados.

ACÓRDÃO N.º 65.342

(Processo TC/009090/2022)

Assunto: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

Recorrente: RAIMUNDO FARO BITTENCOURT, Ex-Prefeito do Município de Magalhães Barata

Advogado: Dr. IAGO DA CUNHA CARDOSO SILVA – OAB/PA nº 23.325

Decisão Recorrida: ACÓRDÃO nº 62.626, de 23.03.2022

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA

Formalizador da Decisão: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA (Art. 191, § 3º, do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão da Relatora, com fundamento no art. 1º, inciso XX, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, admitir o Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. RAIMUNDO FARO BITTENCOURT, Ex-Prefeito do Município de Magalhães Barata, e no mérito, julgar parcialmente procedente, para manter o julgamento pela irregularidade das contas, sem devolução de valores.

ACÓRDÃO N.º 65.343

(Processo TC/505740/2018)

Assunto: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO.

Recorrente: Sr. ALUÍZIO DE SOUZA BARROS – Ex-Prefeito do Município de Tracuateua.

Advogado: ADRIANO BORGES DA COSTA NETO – OAB/PA nº 23.406.

Decisão Recorrida: ACÓRDÃO n.º 57.183, de 14/12/2017.

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA.

Formalizadora da Decisão: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA (§ 3º do Art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão da Relatora, com fundamento no art. 1º, inciso XX, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. ALUÍZIO DE SOUZA, Prefeito à época do Município de Tracuateua, e dar-lhe provimento parcial, revogando a medida cautelar concedida pelo ACÓRDÃO n.º 57.183, de 14 de dezembro de 2017, sem prejuízo, contudo, da continuidade do processo de contas originário (Tomada de Contas Especial n.º TC/517130/2015), a fim de que as contas do convênio n.º 231/2014 sejam apreciadas pelo Relator competente.

ACÓRDÃO N.º 65.344

(Processo TC/516910/2015)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio SEDUC n.º 215/2014 e Termo Aditivo.

Responsável/Interessado: Sr. SAMUEL TADEU LIMA AFLALO e PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ.

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA.

Formalizador da Decisão: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão da relatora, com fundamento no art. 11 da Resolução n.º 19.503-TCE/PA, de 23/05/2023, julgar extinto o processo referente às contas de responsabilidade do Sr. SAMUEL TADEU LIMA AFLALO, prefeito à época do município de Santo Antônio do Tauá, em razão da incidência da prescrição intercorrente das pretensões punitivas e de ressarcimento, com o consequente arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO N.º 65.345

(Processo TC/534897/2013)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio SEDUC n.º 335/2008 e Termo Aditivo.

Responsável/Interessado: Sr. MÁRCIO HELENO MONTORIL SANTIAGO e CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO LUIZ NUNES DIREITO.

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA.

Formalizadora da Decisão: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão da relatora, com fundamento no art. 11 da Resolução n.º 19.503-TCE/PA, de 23/05/2023, julgar extinto o processo referente às contas de responsabilidade do Sr. MÁRCIO HELENO MONTORIL SANTIAGO, coordenador do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Luiz Nunes Direito à época, em razão da incidência da prescrição intercorrente das pretensões punitivas e de ressarcimento, com o consequente arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO N.º 65.346

(Processo TC/526582/2013)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio SEDUC n.º 118/2011 e Termo Aditivo.

Responsável/Interessado: Sr. MÁRCIO RICARDO BORGES DA SILVA e PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ.

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA.

Formalizador da Decisão: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno).

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do relator, com fundamento no art. 11 da Resolução n.º 19.503-TCE/PA, de 23.05.2023, julgar extinto o processo referente às contas de responsabilidade do Sr. MÁRCIO RICARDO BORGES DA SILVA, prefeito à época do município de AURORA DO PARÁ, em razão da incidência da prescrição intercorrente das pretensões punitivas e de ressarcimento, com o consequente arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO N.º 65.347

(Processo TC/515731/2016)

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio SESP n.º 15/2012 e Termo aditivo.

Responsável/Interessado: Sra. SELMA HELENA LIMA DE PINA e ASSOCIAÇÃO DE PEQUENO PRODUTOR

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA

Formalizador da Decisão: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA (§ 3º do art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do relator, com fundamento no art. 11 da Resolução n.º 19.503-TCE/PA, de 23.05.2023, julgar extinto o processo referente às contas de responsabilidade da Sra. SELMA HELENA LIMA DE PINA, ex-presidente da Associação de Pequeno Produtor, em razão da incidência da prescrição das pretensões ressarcitória e punitiva, com o consequente arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO N.º 65.348

(Processo TC/501253/2013)

Assunto: Prestação de Contas do 11º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL, referente ao Exercício de 2012.

Responsáveis: PEDRO CORRÊA LIMA (01/01/2012 à 18/04/2012) e VALMIR SILVA MOURA (19/04/2012 à 31/12/2012)

Advogado: MARCONES JOSÉ SANTOS DA SILVA – OAB/PA nº 11.763

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA

Formalizador do ACÓRDÃO: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JUNIOR (§ 3º do Art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 11 da Resolução n. 19.503-TCE/PA, de 19.05.2023 julgar extinto o processo referente às contas de responsabilidade dos Srs. PEDRO CORRÊA LIMA e VALMIR SILVA MOURA, Diretores à época do 11º Centro Regional de Saúde e Proteção Social, em razão da incidência da prescrição das pretensões ressarcitória e punitiva, com o consequente arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO N.º 65.349

(Processo TC/014951/2021)

Assunto: AGRAVO REGIMENTAL

Agravante: ARAÚJO ABREU ENGENHARIA S/A

Decisão Recorrida: Resolução TCE/PA nº 19.298/2021

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto EDVALDO FERNANDES DE SOUZA

Formalizadora da Decisão: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA (§ 3º do Art. 191 do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 12, inciso I, alínea "h" do Ato 63, de 17 de dezembro de 2012, conhecer e negar provimento ao Agravo Regimental, mantendo inalterada a Resolução TCE/PA nº 19.298/2021.

Protocolo: 994987

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIA

PORTARIA Nº 536/2023/MPC/PA

O Secretário do Ministério Público de Contas do Estado, no uso das atribuições delegadas pela PORTARIA nº 030/2023-MPC/PA, de 23/01/2023, CONSIDERANDO o que consta do Processo PAE nº 2023/1151363;